

AL NOTÍCIAS

Distribuição gratuita



Parlamento aprova plano de carreira da Udesc

Jonas Lemos Campos



Comunidade acadêmica também acompanhou a apreciação do veto ao projeto que regulamentava a concessão de bolsas de estudos ao ensino superior

Página 9

Seminário promovido pela Escola do Legislativo debate legislação eleitoral e reforma política

O evento reuniu, nos dias 30 e 31, no auditório do Tribunal de Contas do Estado, pré-candidatos ao pleito de outubro, eleitores e lideranças partidárias, além de representantes da Justiça Eleitoral catarinense e da promotoria pública.

Falhas nas normas legais para o financiamento das campanhas, fidelidade partidária, voto obrigatório e a eficácia das penalidades impostas pela lei eleitoral estiveram entre os temas mais polêmicos.

Eduardo Guedes de Oliveira



Página Central Encontro reuniu mais de 250 participantes

Disseminação da Aids no Estado é tema de audiência pública

Página 4

HOMENAGENS

Sessões especiais reconhecem trabalho por SC

Página 3

OPINIÃO

Qualidade de vida e gestão de recursos da Saúde

Os crescentes investimentos públicos na área da saúde, que o governo prioriza para aprimorar a qualidade do atendimento disponibilizado aos catarinenses, rendem benefícios para quem precisa de apoio em momentos de grande dificuldade e também economia ao próprio Estado.

Esta lógica aplica-se perfeitamente ao quadro sempre preocupante de uma moléstia moderna, que tornou-se uma das mais temidas da população a partir das últimas décadas do século passado – a Aids. Doença ainda sem cura, que em estágio avançado exige prolongadas internações, além de ceifar vidas é uma vilã do sistema de saúde, pelo elevado custo que representa a manutenção de pacientes terminais em unidades com leitos disponíveis para os que dela padecem.

Esta semana abrimos os trabalhos na Assembleia Legislativa pro-

movendo uma profícua audiência pública da Comissão de Saúde, por proposição deste deputado. O objetivo é debater o atual quadro da Aids em Santa Catarina e a questão que envolve os repasses do SUS e sua tabela remuneratória aos profissionais da saúde e instituições que prestam serviços credenciados à população.

Dos debates depreendeu-se, no caso da Aids, uma questão central, que é a importância do tratamento ambulatorial continuado. Há grandes esforços, nos países desenvolvidos, e no nosso, na busca de uma vacina eficiente. Mas, devido à constante mutação do vírus, é consenso entre profissionais da saúde que a pesquisa ainda se estenderá por muitos anos. Portanto, enquanto perdurar a atual situação, o que garante a qualidade de vida de quem tem Aids é o tratamento com o coquetel de remédios disponíveis no

mercado, que deve ser balanceado por profissionais capacitados. E para tanto é preciso que o atendimento tenha frequência mínima de três consultas por ano.

Uma consulta médica custa em média R\$ 160. Um único dia de internação de um paciente com Aids pode variar de R\$ 500 a R\$ 1 mil. Logo, a lógica recomenda e o Estado catarinense trabalha para disponibilizar melhor atendimento aos aidéticos, ou a quem ainda não desenvolveu a doença mas é portador do vírus. Investe-se em qualidade de vida e se economiza recursos públicos. Trabalha-se para amenizar o sofrimento dos mais de 16 mil catarinenses cujos casos já estão notificados, ao longo dos últimos 20 anos, em nada menos que 217 municípios de nosso Estado.

Deputado Antônio Aguiar (PMDB)

Experiência na área da saúde

Assumimos a Secretaria da Saúde num momento em que o Brasil vive tempos de desesperança, de pessoas desassistidas e procurando, cada vez mais, a saúde através do sistema público.

Enfrentamos estes momentos com a convicção de que traçamos um caminho que vai beneficiar cada vez mais a população. Pela primeira vez, o governo não se omitiu e teve um programa estadual de saúde pública. O governo esteve presente em todas as ações, tantos nos municípios, quanto nos nossos prestadores de serviços.

Se analisarmos detalhadamente, todos os hospitais catarinenses passam por algum tipo de dificuldade. A situação dos hospitais de pequeno porte é extremamente crítica e a dos de médio e grande porte é preocupante. De uma maneira geral, não se está conseguindo atender necessidades essenciais de um hospital, como reformas, equipamentos e mesmo recursos

humanos. Por isso, o governo estadual investiu nas parcerias com os municípios.

Os municípios encontraram no Estado um companheiro para melhorar sua atenção primária. Saímos de um investimento feito nos quatro anos do governo anterior, de R\$10 milhões, para se chegar a R\$ 90 milhões em convênios pagos, em três anos.

Nosso diferencial está na Saúde com dignidade. Quando abrimos um leito de UTI no Extremo-oeste ou compramos um equipamento para um hospital no Extremo-sul, com certeza estamos dignificando a saúde, encurtando a distância entre o cidadão e a porta do atendimento.

As compras de equipamentos de ressonância magnética para Canoinhas, Lages e Chapecó, a melhoria na ONCORREDE, a compra de equipamentos de radioterapia, a abertura de portas da quimioterapia no Planalto Norte e regiões de

Joaçaba e Porto União nos mostra que a saúde pública é viável quando se tem vontade de fazer e se dispõe de uma equipe voltada ao comprometimento social.

Encontrei na Secretaria da Saúde uma equipe voltada a esse comprometimento com as causas sociais, convergindo com os princípios que defendo e guiam a minha conduta. Além disso, quando você tem do governo Luiz Henrique e Eduardo Pinho Moreira a carta branca, e acreditando no que estamos fazendo; quando se tem, do partido, palavras de incentivo, o mesmo ocorrendo com os partidos da base de sustentação do governo e também na própria oposição, críticas construtivas, você realmente tem certeza de que está no caminho certo. Nosso trabalho na Secretaria da Saúde tornou-se um caminho sem volta.

Deputado Dado Chereim (PSDB)

Cônsul geral da Hungria visita Parlamento

O cônsul geral da Hungria em São Paulo, Zsolt Maris, visitou a Assembleia Legislativa na manhã do dia 29. Pela primeira vez no Estado e recebido pelo vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), o cônsul enfatizou a intenção de seu país de estreitar relações, visando a cooperação e intercâmbios culturais e econômicos entre Santa Catarina e a Hungria.

Herneus de Nadal comentou alguns intercâmbios mantidos com outros países. Destacou o intercâmbio cultural com a Rússia, lembrando que o Estado foi o primeiro do mundo a ter uma filial da Escola do Teatro Bolshoi, de Moscou, fora da Rússia.

O vice-presidente também colocou-se à disposição do cônsul para acompanhá-lo em uma visita ao Oeste do Estado e para

colaborar na abertura de contatos empresariais na região.

Herneus falou um pouco do Estado para Zsolt Maris, enfatizando que Santa Catarina tem uma economia bem diversificada, com áreas marcadamente agrícolas e outras industriais e turísticas. Citou ainda a dificuldade que alguns setores estão passando, como o moveleiro, que exporta grande parte da produção e enfrenta problemas devido ao câmbio e à supervalorização do real, e a suinocultura, em crise devido ao embargo russo.

Ao final do encontro, Herneus presenteou o cônsul com pequenas bandeiras do Brasil e de Santa Catarina e com uma peça de artesanato da Ilha de Santa Catarina, e foi presenteado com um CD de músicas húngaras.

[AGENDA]

• **10 de abril, 9 horas:** audiência pública para debater "A situação do Hemosc e Cepon e a cedência dos funcionários públicos lotados nestas unidades para a FAHECE, que será habilitada como Organização Social".

Local: Plenário

• **10 de abril, 15 horas:** Lançamento do Festival Mundial da Paz, do livro "A paz como caminho" e assinatura de acordo de cooperação entre a AL e a Associação Campus Unipaz Ilha de Santa Catarina.

Local: Plenário

• **10 de abril, 19 horas:** Audiência pública para tratar da proposta de recategorização de parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Local: Paulo Lopes

• **11 de abril, 9 horas:** Comissão de Segurança Pública – Audiência pública "A criminalização dos movimentos sociais no Estado de Santa Catarina".

Local: Plenário

• **12 de abril, 19 horas:** Sessão solene para entrega do título de cidadão catarinense a Arthur Moreira Lima.

Local: Plenário

Mesa



Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Edna Schumacker

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe de Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Viviane Olga da Fonseca e Suelen Regina Hilário

INSTITUCIONAL



Eduardo Guedes de Oliveira

Duduco: "É impossível homenagear a todos. Há muitos anônimos trabalhando pelas nossas crianças"

Sessão especial reconhece trabalho em defesa da criança

Em sessão solene realizada no dia 29 à noite, no Plenário, por iniciativa do deputado Nilson Nelson Machado – Duduco (PDT), a Assembléia Legislativa prestou homenagem às entidades municipais, estaduais e federais que atuam na defesa da criança e do adolescente. Duduco assinalou que seria impossível homenagear a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram com a defesa dos interesses da criança e do adolescente. "Mas, de alguma forma, fica aqui, através dos senhores e senhoras presentes, o reconhecimento e a homenagem desta Casa, a todas as pessoas, da

mais humilde à mais elevada, que ajudaram a fazer deste Estado um modelo de justiça social na defesa dos interesses da criança e do adolescente", declarou.

O deputado elogiou os trabalhos do Poder Judiciário catarinense, através da Vara da Infância e da Juventude da capital, do Ministério Público Estadual, dos Conselhos Tutelares e da Polícia. "A polícia é, na maioria das vezes, o primeiro órgão público a receber os conflitos envolvendo crianças ou adolescentes; está sempre no fio da navalha", destacou. Duduco pediu mais empenho dos governos municipais e estadual em favor das crianças.

"A criança é a base de tudo. É uma semente e nós precisamos cuidar dessa semente para que ela cresça e dê bons frutos", disse.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto discursou em nome dos homenageados. Ele comentou sobre o documentário *Falcão, Meninos do Tráfico*, exibido no dia 19 de março, no programa Fantástico, da TV Globo. "Através do documentário a sociedade tomou conhecimento de que existe um outro Brasil, um outro país que, como alertou MV Bill, um dos autores do trabalho, está tomando conta do Brasil que ela conhece", declarou.

Homenageados

Foram agraciados com placas de mérito as seguintes personalidades: Cristiane Rosália, promotora de Justiça da Comarca da Capital; Eliane Roque, conselheira tutelar da capital; Eraltton Joaquim Viviani, magistrado aposentado; Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, juiz titular da Vara da Infância e Juventude da capital; Gercino Gomes Neto, promotor de Justiça da Infância e Juventude da Capital, idealizador e primeiro coordenador estadual do Fórum

Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantil, criado em 98; Ivanize de Oliveira, ex-juíza da Vara da Infância e Juventude na Comarca da Capital; Kelly Cristiny Cabral, coordenadora-geral do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Maria de Lourdes Simas Porto Vieira, que atuou nas varas da Fazenda Pública, da Infância e Juventude, e da Família, na Comarca da capital; Mariam Ibrahim, delegada de Polícia Federal; Pedro Sérgio

Steil, procurador-geral da Justiça e vice-presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-gerais do Ministério Público dos estados e da União; Ricardo Feijó, corregedor-geral da Secretaria da Segurança Pública; Ricardo Fontes, do Conselho Técnico-científico da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, e Wladimir D'Ivanenko, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Petrelli recebe título de Cidadão Catarinense

O diretor superintendente da Rede SC e do jornal Notícias do Dia, Marcello Corrêa Petrelli, recebeu em sessão especial na noite do dia 29, o título de Cidadão Catarinense pelos serviços prestados ao Estado, proposto pelo deputado Manoel Mota (PMDB). Marcello nasceu em Curitiba (PR), em 26 de dezembro de 1964. Jornalista e administrador de empresas no ramo das comunicações, é filho dos catarinenses Mário José Gonzaga Petrelli e Dircêa Corrêa Petrelli e atua há 16 anos em Santa Catarina.

O Plenário estava lotado de personalidades ligadas à imprensa, autoridades e políticos, entre eles os deputados Vanio dos Santos (PT), Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), Gelson Merísio (PFL), Nilson Gonçalves (PSDB), José Carlos Vieira (PFL) e João Henrique Blasi (PMDB), líder do Governo, além de amigos e familiares. A sessão foi presidida pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL).

De acordo com Mota, o homenageado sempre desenvolveu seu trabalho em prol da sociedade catarinense, um reconhecido promotor da cultura, da comunicação e da história de Santa Catarina. "Esta é uma noite memorável, este título foi aprovado por todos os parlamentares para homenagear a família Petrelli, pelo seu trabalho e por tudo o que foi construído no Estado. Estamos homenageando com muita justiça aquele que vem se dedicando de corpo e alma, porque ninguém escolhe onde vai nascer, mas onde vai viver", discursou o peemedebista.

Marcello foi presidente do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão (SERT), de 1998 a 2000, e da Associação Catarinen-

se de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), de 1999 a 2002, e é Conselheiro Fiscal da ADVB/SC. Segue os passos de seu pai, que atualmente dirige empresas nas áreas de seguros, previdência, capitalização, comunicação, treinamento e educação a distância, no Paraná e Santa Catarina.

Compromisso

Mota estendeu seus cumprimentos a Mário Petrelli, que ocupa a função de diretor presidente da Rádio FM Independência e da Rede Independência de Comunicação, com sede em Curitiba, que também possui geradores em outras cidades paranaenses, transmitindo a programação da Rede Record de Televisão. Em Santa Catarina, Mário é presidente da Rede Santa Catarina de Comunicação, com geradores nas cidades de Florianópolis, Joinville, Chapecó e Blumenau, transmitindo a programação do SBT.

Marcello Petrelli recebeu o título das mãos do deputado Vanio, em nome da Casa. Os demais parlamentares, em conjunto, entregaram uma placa em homenagem ao agora Cidadão Catarinense.

"Nesses anos todos pude conhecer essas qualidades e este Estado. É feito de líderes sociais com disposição de colaborar. Sempre que levamos idéias e ações, houve engajamento e apoio", agradeceu, informando que há mais de 100 anos sua família tem vínculos com Santa Catarina. Para ele, o jornalismo é um agregador de valores para a sociedade, para empresas e para as instituições. "Gestores, jornalistas e comunicadores comprometidos fazem a diferença", defendeu.

Eduardo Guedes de Oliveira



Mota (entre os homenageados): "Reconhecimento merecido"

COMISSÃO



Alberto Neves

Especialistas vinculados à Secretaria da Saúde detalharam as ações do Estado para conter a doença

Audiência discute disseminação da Aids e ações para prevenção

Melhorar a qualidade do atendimento ambulatorial pode reduzir número de internações, o sofrimento dos portadores e os custos

Santa Catarina ocupa a quarta posição no país em incidência de Aids, segundo dados citados pelo diretor de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Estadual da Saúde, Luís Antônio Silva, na audiência pública realizada no dia 3 pela Comissão de Saúde. Em discussão, a incidência da doença no Estado. Participaram da audiência, que foi solicitada pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB), representantes da Secretaria e da rede hospitalar.

Dos 293 municípios catarinenses, 217 já notificaram um ou mais casos da doença. Desde 1984, quando foi registrada pela primeira vez em Santa Catarina, já houve 16.137 casos, sendo 819 em crianças menores de 13 anos. Foram infectados 10.499 homens e 5.638 mulheres.

Segundo Silva, o Estado vem dispensando atenção especial à prevenção da transmissão de mãe para filho. Conforme dados apresentados por ele, em 2001, 23,7% das gestantes do Estado fizeram o teste de HIV durante o pré-natal. Esse percentual aumentou, em 2005, para 48,6%, o que permite que as gestantes infectadas sejam tratadas, reduzindo a possibilidade de que o bebê nasça com a doença.

O número de gestantes testadas com o teste rápido de HIV – feito na hora do parto naquelas que não fizeram o pré-natal – também cresceu no mesmo período, de

224 para 2.321. Entre 2002 e 2005, houve uma ampliação de 12 para 51 no número de hospitais/maternidades com utilização do teste rápido. O número de unidades com assistência ambulatorial para portadores do vírus ou da doença elevou-se de 37 para 64 entre 2000 e 2005.

Quatro laboratórios estão aptos a realizar os testes de contagem da quantidade de carga viral e imunológica das pessoas contaminadas. São eles: o Lacen (Laboratório Central), o laboratório do Hospital Universitário, na capital, e os laboratório municipais de Itajaí e Joinville. O laboratório municipal de Chapecó já está autorizado para realizar os testes, no entanto, ainda está se adequando.

Prevenção

O diretor da Vigilância Epidemiológica disse ainda que a Secretaria da Saúde está pleiteando uma repactuação com o Ministério da Saúde acerca da quantidade de kits para a realização dos testes. Para este ano, a cota é de 32 mil kits. Pleiteamos um aumento para 38.500”, informou. Para que seja possível aumentar a capacidade de realização de exames é preciso uma atualização tecnológica dos equipamentos, que também está sendo reivindicada. O Estado também recebe recursos do governo federal para

implementação de ações e estratégias nas áreas de prevenção, assistência e tratamento.

O PAM/Aids (Plano de Ações e Metas) tem como objetivo central o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no sentido de melhorar a capacidade de resposta dos serviços ao combate da epidemia de Aids. O Estado tem atualmente 33 municípios incluídos no PAM, definidos em 2002 pelo Ministério. Visando aumentar a cobertura e ampliar o acesso para os médios e pequenos municípios, outros 15 passaram a ser contemplados com verbas do PAM Estadual. Recursos do PAM também são destinados a algumas ONGs que têm aprovados projetos voltados para área.

Na seqüência, o diretor do Hospital Nereu Ramos, da capital, o infectologista Antônio Miranda, falou especificamente sobre a doença. Ele citou que o hospital tem 60 anos de atividade e há 20 é referência no atendimento a portadores do HIV e de doenças relacionadas a esta epidemia. Para Miranda, se o atendimento ambulatorial aos infectados fosse de melhor qualidade, haveria uma redução nas internações, diminuindo também os gastos, sem contar que um atendimento ambulatorial adequado proporcionará mais qualidade de vida ao portador da doença.

Fórum vai buscar solução para área do Tabuleiro

Foi instalado na tarde do dia 4 o Fórum Permanente do Parque da Serra do Tabuleiro, que visa debater a recategorização ambiental da área. Presidido pelo deputado Vanio dos Santos (PT), o Fórum vai se dedicar à busca de soluções para a situação de cerca de 50 mil famílias que vivem em torno do parque e são afetadas pelas leis ambientais. “Há necessidade de se fazer um debate sobre a situação dessas localidades e dessas pessoas. A defesa do meio ambiente é importante, mas é necessário que se pense sobre a área do entorno do parque”, explicou Vanio.

Um projeto elaborado pela comunidade local muda o enquadramento ambiental da região de Parque para Área de Proteção Ambiental (APA). Isso permitirá que as pessoas que moram e trabalham na área tenham direito à propriedade e, posteriormente, o direito a participar e intervir na gestão do uso do solo na região.

O deputado Joares Ponticelli (PP) acredita que, através do Fórum, se possa dar uma resposta positiva às comunidades locais. “Sei dos problemas sociais que enfrentam aquelas pessoas e espero ajudar a encontrar uma solução para esse problema”, completou Altair Guidi (PPS).

Na próxima reunião será apresentado um roteiro de trabalho e formalizado convite ao diretor de Administração da Fatma, Jânio Wagner Constante, para que ele explique como está a avaliação da proposta elaborada pela comunidade, entregue em mãos ao próprio governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

Fazem parte do Fórum os deputados João Henrique Blasi (PMDB), Odete de Jesus (PL), Nilson Nelson Machado – Duduco (PDT), Altair Guidi (PPS), Sérgio Godinho (PTB), Joares Ponticelli (PP) e Lício Mauro da Silveira (PP), além de representantes das comunidades locais e do Ministério Público Estadual.

Eduardo Guedes de Oliveira



Os integrantes da Comissão deram total apoio à proposta da Associação

Projeto Agente da Paz começa a tramitar

O Projeto Agente da Paz, proposto pela Associação dos Magistrados Catarinenses, foi detalhado e defendido pela juíza Sônia Morozo, na reunião da Comissão de Legislação Participativa, na noite de terça-feira (4). “Propomos que a Casa incentive, através de audiências públicas, a mobilização necessária para a criação de uma lei instituindo a Semana da Paz no Estado”, afirmou a juíza.

Além deste projeto, a Comissão, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), apreciou outros dois. O primeiro, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), propõe gratuidade do transporte coletivo para surdos. O petista

argumenta que a medida pode ajudar na inserção dos deficientes auditivos no mercado.

A criação do cargo de bibliotecário nas escolas públicas do Estado foi o último projeto a ser apreciado. A proposição foi apresentada por uma das escolas que participaram da primeira edição do programa Parlamento Jovem, nascido de projeto de autoria da deputada Ana Paula e desenvolvido pela Escola do Legislativo.

Participaram da reunião os deputados Dionei Walter da Silva (PT), Ana Paula Lima (PT) e o líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), representando o deputado Genésio Goulart (PMDB).

ESPECIAL

Fotos: Carlos Kilian

Assembléia homenageia Cordilheira Alta em sessão solene

Projetos desenvolvidos pela escola do município conquistaram o prêmio Educador Elpídio Barbosa, concedido anualmente pelo Conselho Estadual de Educação aos estabelecimentos de ensino que promovam a qualidade na educação através de ações pedagógicas inovadoras

Scheila Dziedzic

Nos 14 anos de emancipação política, comemorados no dia 30, o município de Cordilheira Alta, no Oeste catarinense, recebeu uma homenagem por ações destacadas na área da educação. Por proposição do deputado Gelson Sorgato (PMDB), a Assembléia Legislativa realizou sessão solene, no município, pela conquista do prêmio Educador Elpídio Barbosa. A honraria foi concedida à Escola de Educação Básica Cordilheira Alta pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), no dia 21 de fevereiro, pelas ações pedagógicas inovadoras desenvolvidas em 2005.

Os projetos incluíram grupo de educação ambiental, de teatro, banda escolar, hora da leitura, horta escolar, coleta seletiva do lixo e Agenda 21 escolar, envolvendo mais de 500 pessoas, entre alunos,

professores, pais e direção escolar. O prêmio é concedido anualmente pelo CEE, desde 1992, e leva o nome de um ex-deputado, ex-secretário estadual de Educação e primeiro presidente da entidade que concede a honraria.

O deputado Gelson Sorgato destacou que o sucesso resulta do esforço e dedicação da comunidade de Cordilheira Alta em formar cidadãos conscientes, que possam compreender o seu tempo e auxiliar na construção de uma sociedade mais justa. O parlamentar lembrou também outras conquistas da E.E. B. Cordilheira Alta, como a concessão do selo Escola Solidária pelo Instituto Nacional Faça Parte. "É na interação das atividades que percebemos os resultados positivos", comentou.

Para o diretor da E.E.B. Cordilheira Alta, Moacir Nalin, qualificar a educação é uma missão desafiadora, capaz de acontecer por meio de propostas concretas,

objetivas, vontade, organização e parcerias. Ele acredita que o prêmio conquistado comprova que inovar é fundamental e que as parcerias entre os alunos, escola, pais, instituições e empresários podem melhorar a qualidade de vida, através do investimento nas pessoas. "De nada adianta a escola mais bem estruturada, mais bem equipada, se na sua prática diária, os atores do dia-a-dia (alunos) não aprendem a valorizar o indivíduo, o ser. Ou se seus profissionais não estimularem a predominância do interesse do coletivo em relação ao individual", declarou. Nalin assinalou que a educação trata da formação de pessoas e por isso tem que ser encarada com muita seriedade e responsabilidade. "Ser uma referência na educação, nos impõe cada vez mais um compromisso maior". Intensa foi a participação e envolvimento da comunidade nos diversos projetos e, para agradecer a ação, cerca de 70 pessoas foram agraciadas com diplomas de mérito entregues pelo deputado Gelson Sorgato e demais autoridades.

Na mesma ocasião, a Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta também prestou sua homenagem à Escola Básica Municipal Fernando Machado, pelo excelente desempenho nas feiras regional e estadual de Matemática. O primeiro evento aconteceu em Chapecó com o tema "Lixo: a Solução é Educar". Esta participação rendeu a classificação para a 21ª Feira Catarinense de Matemática realizada em Videira, no Meio-oeste, quando os alunos conquistaram o troféu Destaque.



Projetos abrangeram áreas divesas, como agricultura e meio ambiente



Alunos da escola brindaram os presentes com várias apresentações

- **Fundação:** 30/03/1992
- **População:** 3.092 habitantes
- **Área:** 84,5 km²
- **Municípios próximos:** Xaxim, Coronel Freitas, Xanxerê, Nova Itaberaba, Chapecó, Nova Erechim
- **Distância da capital:** 504 km

Fonte - <http://www.sc.gov.br>



ESPECIAL

Pré-candidatos, eleitores e líderes partidários discutem lei eleitoral

Durante dois dias, mais de 250 pessoas, incluindo postulantes à disputa de outubro deste ano, discutiram e tiraram dúvidas sobre as normas legais que norteiam as eleições no país, em Seminário promovido pela Escola do Legislativo

**Denise Arruda Bortolon
Graziela May Pereira
Rose Mary Paz Padilha**

Para debater os diversos aspectos da legislação eleitoral, esclarecer candidatos e eleitores sobre as condutas proibidas aos agentes públicos nesses períodos e discutir os mecanismos de fiscalização do abuso do poder econômico e do poder político nas disputas, a Escola do Legislativo realizou nos dias 30 e 31 de março o Seminário sobre Legislação Eleitoral.

O evento, que aconteceu no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE), teve palestra do promotor público de Itaipópolis, Pedro Roberto Decomain, e contou com a participação do presidente do Tribunal, Gilson dos Santos, do presidente da Escola do Legislativo, deputado Celestino Secco (PP), e do representante do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, desembargador Orli de Ataíde Rodrigues.

Conforme o deputado Celestino Secco, o seminário destinou-se ao conhecimento detalhado da legislação eleitoral e ao constante aperfeiçoamento das normas que regem as disputas eleitorais. "Eu acredito que se fizermos uma eleição dentro da legalidade, transparência e ética não estaremos só cumprindo a lei vigente, mas colocando em cada cidadão o conceito de que nós políticos poderemos conduzir a sociedade com ética e respeito", disse.

Mão dupla

Favorável às propagandas eleitorais – as quais considera um mecanismo de mão única –, Decomain considera essencial o retorno dos comícios como principal instrumento do debate. "Com a TV, o candidato fala e nós ouvimos, mas quando nós falamos eles não nos ouvem. Não dá para

A palestra de Pedro Roberto Decomain começou com um resgate da história do voto. Segundo ele, as leis eleitorais começaram em Atenas quando se reunia a população em praça pública para discutir e votar uma proposta de lei. "A partir do momento que a população cresceu ficou impossível de fazer isso. Durante um longo período não se votou mais", contou.

A idéia da participação das pessoas na condução do Estado e a atribuição, para algumas pessoas, em nome da sociedade, de tomar decisões que interessem ao todo só ressurgiu com a Revolução Francesa. "Isso foi denominado democracia representativa e durou, aqui no Brasil, até o golpe de 1964. Depois foram 20 anos nas mãos de poucos", rememorou o promotor. Decomain defendeu a existência do Estado enquanto instrumento da sociedade. "Por isso é que se deve assegurar que exista o controle do voto. Em resumo, precisamos das eleições", argumentou.



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Público pôde esclarecer dúvidas relativas a atual legislação e sobre as propostas que tramitam no Congresso, como o financiamento das campanhas

vaiar pela TV e a vaia é a volta da comunicação. Não podemos integrar, somos meros espectadores", argumentou. Sobre o financiamento das campanhas eleitorais, o palestrante acredita que é usado dinheiro do "caixa dois", porque o dinheiro do financiamento aberto não é suficiente. "A publicidade comercial alcançou um nível de competência, criatividade e

qualidade indiscutíveis. Isso não é ruim, nos acostumamos a ver bons comerciais. Mas sugiro que a propaganda na TV e no rádio seja mais curta. Elas não precisam ser tão longas e nem curtas demais de maneira que não cumpram seu papel de debate", defendeu.

Como exemplo do problema nas propagandas, foram apresentadas as de 2002, que mostram a

necessidade de apresentar claramente as posições de cada candidato. "Menos cenografia. O eleitor tem direito de compreender as idéias de cada candidato antes de votar", assinalou. Sobre a reforma política que está em discussão, o promotor disse que não trata dos temas maiores como o funcionamento do sistema de eleições proporcionais, na qual os eleitores

ainda votam no candidato e acabam deixando os partidos fracos. Para ele, a lista fechada fortalece os partidos, o melhor exemplo é a Alemanha, que já coloca os seus candidatos na ordem de preferência dos eleitores. Com o sistema de listas fechadas, o dinheiro para a campanha também seria destinado aos partidos, e não mais aos candidatos.

Regras são muito "brandas"

As regras para o financiamento das campanhas ainda não garantem a lisura das eleições. Conforme a secretária de Administração Orçamentária do Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE/SC), Denise Goulart Schlickmann, as atuais regras para o financiamento de campanha são "brandas demais".

Denise participou, na manhã do dia 31, da mesa-redonda sobre Financiamento de Campanhas, Prestação de Contas e Responsabili-

dade dos Administradores Públicos, juntamente com o coordenador de Recursos do Tribunal de Contas, Marcelo Brognoli da Costa. "Se um candidato se utiliza de 'caixa dois', por exemplo, teremos na justiça eleitoral grandes dificuldades para torná-lo inelegível", argumentou ela.

De acordo com as novas normas eleitorais, nas eleições deste ano não será mais possível o uso de dinheiro vivo nas campanhas e

toda doação financeira deve, obrigatoriamente, transitar em conta bancária antes da sua utilização. Os recursos de origem não identificada não poderão ser utilizados e sobre a prestação de contas à justiça eleitoral, o candidato terá o prazo de 30 dias após a realização do pleito, que neste ano acontece no dia 1º de outubro. "Este ano, o Tribunal Superior Eleitoral está mais conservador, preso à literalidade da lei", afirmou Denise.



Representantes do PDT, PMDB e PP também apontaram falhas que impedem o aperfeiçoamento da democracia

Partidos defendem mudanças na legislação

Mesa-redonda debateu fidelidade partidária, voto obrigatório, cláusula de barreira, entre outros temas polêmicos. Representantes de todas as legendas querem o fim da prática do "troca-troca" de partidos

Sandra Annuseck

O uso do "caixa 2" em campanhas, questão considerada endêmica em todos os partidos, não será resolvido apenas através de uma norma eleitoral. Mais que isso: precisa de mudança de postura, de caráter dos políticos. "Quem não tem pecado, que atire a primeira pedra. É uma questão que precisa mais de caráter do que de norma", desafiou o representante do PSB no Seminário sobre Legislação Eleitoral, Marlon Mendes.

Mediada pelo procurador legislativo Marcelo Richard, a mesa-

redonda "A legislação eleitoral e o aperfeiçoamento da democracia" debateu assuntos polêmicos, como a fidelidade partidária, obrigatoriedade de voto, cláusula de barreira, entre outros. Além de Marlon Mendes, participaram do debate o professor Adélcio Machado, representante do PMDB, o advogado Alessandro Abreu, do PP, e Marcos Pacheco, do PDT.

Para o representante do PMDB, as normas eleitorais não podem ser responsabilizadas pelos acidentados de percurso na vida política do país. "Não se pode cobrar da lei eleitoral a solução para os problemas so-

ciais", observou o professor, para quem "o jogo da vida é construído pela cidadania". Adélcio entende que o caminho mais eficiente para se construir a democracia passa, indiscutivelmente, pelo respeito às regras.

Regras, no entanto, que precisam ser mudadas em muitos aspectos, segundo o representante do PP, Alessandro Abreu. O advogado progressista defende a aprovação do instituto da fidelidade partidária através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma política, parada há anos no Congresso Nacional.

Mandato deve pertencer efetivamente à legenda

Uma maneira de acabar com os troca-troca partidários movidos por interesses particulares. "Trabalhamos pela eleição de pessoas que, depois de eleitas, mudam de partido, levando consigo o mandato. Temos caso de gente que se elege deputado e como nosso candidato não chegou ao governo, mudou de partido para conseguir as benesses do novo governador", lamentou o Abreu, defensor da perda do mandato para casos como este, como prevê a reforma política.

A mudança, explicou, no entanto, prevê exceções na troca partidária. "Só não perderá o mandato quem trocar de partido por causa de fusão, incorporação ou criação de novo partido", salientou o representante do PP no encontro.

Para reforçar a tese de que o mandato deve ser do partido e não do eleito, Alessandro recorreu ao exemplo das eleições proporcionais de 2002. O candidato mais votado no Estado, a uma vaga na Assembleia, com 59 mil votos não se elegeu porque não tinha voto de legenda. Naquele pleito, a eleição teve como quociente eleitoral 77 mil votos. Uma prova, segundo o advogado, de como a atual lei está equivocada.

Na mesma linha, o representante do PDT, Marcos Pacheco, manifestou sua frustração ao ver empenho de partidários em eleger candidatos que depois pulam para outra legenda. "Tivemos caso de candidato a vereador de Criciúma que chegou a registrar contrato em cartório comprometendo-se que o mandato seria do partido, e mudou de agremiação após eleito", ilustrou.

Pacheco lembrou que, no episódio, o candidato só foi eleito porque o partido ganhou voto de legenda. "Até minha mãe de 78 anos foi candidata para garantir nossa legenda", lamentou.

Programação da Escola do Legislativo para abril de 2006

Evento	Data	Local
Encontro Catarinense de Vereadores	6 e 7	Lages
Seminário de Formação de Agentes Políticos	18	Tubarão
Curso de Atendimento ao Público	19	Tubarão
Curso de Formação dos Alunos do Parlamento Jovem	25	São Bento do Sul
Seminário de Liderança também é Questão de Gênero	27 e 28	Criciúma
Seminário Estadual de Proteção aos Animais	28	Florianópolis



Deputado Celestino: "Disputa dentro da legalidade, ética e transparência"

PLENÁRIO

Titulares estão de volta

O retorno dos deputados que estavam exercendo funções no Executivo altera composição e representação das bancadas na Casa

Os trabalhos da Assembléia voltaram a contar com deputados titulares que vinham desempenhando funções no governo do Estado e na prefeitura da capital. Na bancada do PMDB, retornaram os deputados Mauro Mariani (PMDB), que deixou a Secretaria do Estado da Infra-estrutura, e Moacir Sopelsa, que se desincompatibilizou da Secretaria de Estado da Agricultura.

Com isso, se despediram da Assembléia os suplentes do PMDB Manoel Mota e Gelson Sorgato. Até o dia 10, a suplente Simone Schramm (PMDB) deve estar de volta ao convívio do Legislativo. Como disputou a eleição pelo PP, retorna na condição de suplente do deputado Altair Guidi, também diplomado pelo Partido Progressista, mas hoje nas fileiras do PPS. Para isso, Guidi está se licenciando por 60 dias, conforme prevê o Regimento Interno.



Deputados Sopelsa, Dado e Mariani, já participaram das votações,,"

O PSDB recebe o reforço do deputado Gilmar Knaesel, que vinha sendo substituído por Simone, e de Luiz Eduardo Cherm – Dado Cherm, que saiu da Secretaria de Estado da Saúde e

Eduardo Guedes de Oliveira

estava sendo representado pelo deputado Maurício Eskudlark. Tanto Knaesel como Simone se elegeram pelo Partido Progressista, critério que vale nos casos de substituição. Também por conta das exigências da lei eleitoral, Knaesel se desincompatibilizou da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Turismo.

Representatividade

Já na semana passada, regressou à bancada tucana o deputado Djalma Berger, que tinha como suplente o joinvilense José Carlos Vieira (PFL). Berger estava à frente da Secretaria de Obras da capital. O partido mais beneficiado com as mudanças, por conta do prazo final de desincompatibilização, foi o PSDB, ganhando mais dois assentos na bancada (Knaesel e Berger); o PFL perdeu uma vaga (José Carlos Vieira); o PMDB teve, por enquanto, uma baixa (Simone Schramm).



...da semana, juntamente com os tucanos Djalma Berger e Gilmar Knaesel

Vieirão questiona licença de LHS

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), cobrou do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) a "renúncia ao governo para concorrer à reeleição". O progressista usou citação do líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB) - "o tempo é senhor da verdade" -, para questionar a decisão do governador de licenciar-se do cargo, ao invés de renunciar como havia anunciado no começo do ano passado.

O progressista contestou ainda afirmação do líder do governo de que o governador teria cumprido sua promessa com re-



Vieirão: "Prometeu e não cumpriu"

lação à renúncia. "Na verdade ele não cumpriu. Ele não renunciou, apenas se licenciou. A qualquer

momento poderá voltar. É verdade, o tempo é o senhor da verdade", assinalou.

Para ele, o governador não se licenciou por não confiar no seu vice-governador, Eduardo Pinho Moreira. "Essa atitude só mostra a falta de confiança no seu vice. Ele tem medo que Pinho Moreira tome uma atitude que ele não tomaria", disse.

Em aparte, o deputado Dionei Walter da Silva (PT) endossou as críticas feitas por Vieirão. "É mais uma promessa não cumprida pelo governador. Isso já está virando rotina", comentou Dionei.

Peninha é escolhido o novo líder da bancada

Pela segunda vez na atual legislatura, o deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) assume a liderança do PMDB na Assembléia Legislativa. Ele foi aclamado pelos colegas durante a reunião semanal da bancada, na terça-feira (4), que também marcou o retorno dos deputados Mauro Mariani e Moacir Sopelsa ao Legislativo.

Peninha substitui a Manoel Mota, suplente que foi líder desde abril de 2004 e deixou o Parlamento no dia 30 de março, em função da volta dos titulares que se desincompatibilizaram do Executivo para concorrer no pleito de outubro próximo. A escolha unânime do líder deu-se em reconhecimento a sua capacidade já demonstrada de articular e coordenar a bancada. "Não era meu projeto para o momento, mas assumi o desafio de retomar a liderança levando em conta a confiança depositada



Deputado Rogério Mendonça

pelos demais deputados e os desafios que se impõem com a proximidade das eleições", ele explica. Peninha está em seu segundo mandato como deputado estadual, depois de ter sido presidente da Epagri no governo Paulo Afonso e prefeito de Ituporanga. Em 2003, foi escolhido primeiro líder da atual bancada, desempenhando a função por um ano.

Petistas entram com mandado de segurança



Deputado Francisco de Assis

O líder do PT, deputado Francisco de Assis, anunciou no dia 5, que seu partido já entrou com mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça do Estado. A

ação pede concessão de liminar para que o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), fixe prazo de duas sessões ordinárias para indicar os membros que devem compor a CPI do Fundo Social.

Assis citou o caso de algumas instituições como a RBS TV – Florianópolis S/A, que recebeu R\$133.026 mil, a TV Cultura S.A, de Florianópolis, R\$ 41.454 mil, e a FCT- Federação Catarinense de Tênis, outros R\$ 200 mil, dinheiro que receberam de forma incorreta, pois não houve licitação.

O parlamentar espera que se faça justiça para que os recursos possam ser bem aplicados como foram no caso das APAEs.

Dionei acredita na redução de impostos

Conforme afirmou o deputado do PT, Dionei Walter da Silva, no dia 5 desde o ano passado está sendo discutida com o governo do Estado a redução de 17 para 15% do ICMS sobre o material de construção.

De acordo com Dionei, 48% do valor de uma casa popular referem-se a impostos federais, estaduais e municipais. "É importante apresentar uma solução para essa cobrança abusiva", assinalou.

Segundo ele, várias reuniões foram agendadas para debater o assunto, desde fevereiro deste ano, com representantes de entidades da construção civil de Santa Catarina.

O deputado Sérgio Godinho (PSB), em aparte, considerou importante a realização de ações mais pontuais em relação à redução dos impostos, mas disse esperar, para breve, uma ação do governo nesse sentido.

PLENÁRIO

Deputados aprovam plano de carreira da Udesc

Nas duas últimas semanas, servidores, professores e alunos da Universidade do Estado mantiveram conversações com os parlamentares, explicando a proposta encaminhada por eles ao governo ainda no ano passado

Os parlamentares aprovaram, no dia 4, o Projeto de Lei Complementar nº 46/06, que institui o Plano de Carreiras e Vencimentos dos servidores da universidade e o Projeto de Conversão em Lei nº 124/06, que concede reajuste de 15% à categoria a partir de 1º de abril de 2006.

Durante a sessão, professores, estudantes e deputados opositoristas cobraram do governo a assinatura do Estatuto da Fundação Universidade de Santa Catarina (Udesc), cuja proposta foi encaminhada pelos servidores e professores à administração estadual ainda no ano passado. O governo assinou o Estatuto, em solenidade realizada em

Lages, na quinta-feira, 6.

O PLC 46 recebeu quatro emendas modificativas – todas aprovadas em Plenário –, três delas de autoria do líder do Governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), e uma do líder do P-SOL, deputado Afrânio Boppré. A emenda de Afrânio determina que o governador encaminhará à Assembléia, em até 180 dias, a contar da data da duplicação da lei complementar, o projeto de Lei Orgânica da Udesc, depois de ouvido o Conselho Universitário (Consuni). As mudanças propostas por Blasi tratam de questões relativas a índices de vencimentos e normas para progressão das diversas categorias da instituição.

APROVADOS

Taxa de vigilância

Para reduzir o impacto da taxa de vigilância sanitária animal sobre os produtores de bovídeos e eqüídeos, que enfrentam dificuldades em virtude das recentes estiagens que assolam o Estado, o deputado Onofre Agostini (PFL) apresentou o Projeto

de Lei nº 51/06, aprovado na tarde do dia 4. A proposição altera a Tabela 1 do anexo único da Lei nº 13.667, de 28 de dezembro de 2005, que trata da fiscalização sanitária do trânsito de animais, produtos animais e emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA).

Anistia a empresas

Foi aprovado o PL nº 1/06, de origem governamental, que concede remissão e anistia a infrações acessórias à legislação tributária de empresas baixadas ou canceladas. A anistia, relativa a infrações cometidas nos cinco anos anteriores à publicação da nova lei, fica

condicionada à prestação de informações respectivas no prazo de 90 dias, contados da entrada em vigor da lei. Ficam dispensados deste caso os contribuintes já baixados no Cadastro de Contribuintes do ICMS ou que tiveram sua inscrição cancelada ou suspensa.



Comunidade acadêmica da Udesc acompanhou as discussões e votações

Mantido veto ao projeto que regulamenta o artigo 171

No mesmo dia, foi votado o veto aposto pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) ao projeto que regulamentava o artigo 171 da Constituição Estadual, sobre bolsas de estudo ao ensino superior para alunos carentes. Como estabelece a legislação, a votação foi secreta. Quinze parlamentares votaram pela manutenção do veto e 14 pela sua rejeição. Para rejeitar um veto, são necessários 21 votos.

A proposta havia sido aprovada por unanimidade na Assembléia Legislativa em dezembro. Na época, a assessoria de comu-

nicação do governo do Estado chegou a divulgar a sanção do governador, informação que foi negada no início de janeiro, quando o veto total ao projeto chegou ao Legislativo.

O artigo 171 estabelece que empresas beneficiadas com isenções fiscais aportem recursos em um Fundo de Apoio e Manutenção ao Ensino Superior. Sem a regulamentação, não há como concretizar esse Fundo e as isenções.

O deputado Paulo Eccel (PT) lamentou a decisão do Plenário, que considerou contraditória.

Junto com os deputados Celestino Secco (PP) e Jorginho Mello (PSDB), o petista elaborou um substitutivo global que incluiu as reivindicações apresentadas por estudantes, professores e universidades nas audiências públicas realizadas em cinco cidades do Estado. "As alterações foram discutidas com universidades, estudantes e representantes do governo. Não é compreensível que a matéria tenha sido vetada e muito menos que a Assembléia Legislativa mantenha o veto, depois de aprovar a proposta por unanimidade", lamentou Eccel.

Carlos Kilian



Universitários lamentaram o resultado que manteve o veto do governador

PLENÁRIO

Herneus destaca obras em Chapecó



Deputado Herneus de Nadal

O deputado Herneus de Nadal (PMDB), vice-presidente da Assembleia, destacou em ma-

nifestação da tribuna no dia 4, a inauguração de obras em Chapecó no dia anterior. Na oportunidade, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o secretário regional Plínio Dallacorte e o prefeito da cidade, João Rodrigues (PFL), inauguraram a obra de revitalização da avenida Leopoldo Sander. A avenida facilitará o acesso das mais de 40 indústrias localizadas nas imediações da BR-282.

Além da inauguração da avenida, o governador entregou ao prefeito a primeira das 10 parcelas previstas para a construção do Centro de Eventos de Chapecó, no valor de R\$ 500 mil.

Segurança está sem recursos, diz Dentinho

O corte de 74% do orçamento de custeio na Segurança Pública do Estado, na opinião do deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), irá “parar a segurança de Santa Catarina”. De acordo com o deputado, despesas para a compra de combustível, coletes à prova de balas ou munição estariam comprometidas, ocasionando insegurança para a população de todo o Estado.

Segundo reportagem do Diário Catarinense, do último dia 26, citou o deputado, a corporação acumula uma dívida de R\$ 3 milhões somente com os fornecedores de combustíveis. Os donos de



Wilson Vieira - Dentinho

postos já pensam em cancelar o abastecimento dos veículos, caso a situação não se normalize.

Afrânio fala sobre problemas no TCE



Deputado Afrânio Boppré

O deputado Afrânio Boppré (PSOL) comentou na quarta-feira (5), ofício encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), no dia 4. O TCE afirma estar com poucos recursos para cumprir com suas funções de forma mais efetiva.

De acordo com o parlamentar, o TCE está sem verbas para a equipe de auditores, o que impossibilita as viagens, causando prejuízo ao desempenho técnico. Segundo o documento, houve diminuição do volume dos recursos financeiros repassados por parte da Secretaria de Estado da Fazenda.

Afrânio comentou ainda a votação em Plenário do requerimento pedindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncias sobre o Fundo Social. “Desde ontem (4) me sinto como se o meu mandato de deputado estadual estivesse cassado, uma vez que essa atitude nos deixa sem condições de investigação”, lamentou, referindo-se ao expediente do voto secreto usado na votação.

Secco critica programa Terra Boa

O atual momento que vive a agricultura catarinense, segundo o líder do PP, deputado Celestino Secco, tem a contribuição direta do governo do Estado de Santa Catarina. “O governo estende a mão, mas não para ajudar os pequenos agricultores e sim para tirar o pouco que ainda têm. É mais uma ação vergonhosamente enganosa”, disse. Como “ação enganosa”, o progressista citou o lançamento do programa Terra Boa 2006, classificando-o como “reinvenção” do programa Troca-troca, do governo Esperidião Amin, apenas com outro nome.

O programa, lançado no dia 27, prevê a aplicação de R\$ 12 milhões para distribuir 180 mil toneladas de calcário e 200 mil sacas de semente de milho.

Conforme o parlamentar, na época do governo Amin o produtor pagava uma saca e meia de



Deputado Celestino Secco

milho para cada tonelada de calcário.

No atual programa, o produtor pagará duas sacas de milho por tonelada entregue. “É num quadro como esse que o governo tem a coragem de afirmar que está estendendo a mão para o agricultor, que quer minorar o seu sofrimento?”, perguntou.

Vanio quer parecer da Comissão de Ética



Deputado Vanio dos Santos

O deputado Vanio dos Santos (PT) pediu manifestação da Comissão de Ética da Assembleia sobre a quebra de seu sigilo bancário pelo deputado pefelista, Nelson Goetten. Em setembro do ano passado, Goetten leu, em Plenário, dados bancários do petista. “Desde aquela época aguardo uma resposta da Comissão e da

Assembleia sobre o episódio. A quebra do sigilo bancário do caseiro (Francenildo Pereira) é crime. E a quebra do meu sigilo, com fica?”

O parlamentar também fez comparativos entre os governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e do presidente Lula (PT), com críticas às privatizações e aos juros que atingiram 49% no governo FHC.

Em aparte, o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) disse que, no Orçamento da União deste ano, estão previstos R\$ 750 milhões para Santa Catarina.

Vanio encerrou seu pronunciamento declarando total apoio às reivindicações da Udesc. “A bancada do PT apóia essa que é uma luta justa da universidade. É preciso resolver de maneira rápida a continuidade da autonomia da Udesc”, disse ele.

Crise do setor madeireiro preocupa Ceron



Deputado Antônio Ceron

O protesto dos madeireiros, que fecharam a BR-282, no trevo de acesso ao município de Lages, no dia 31, foi comentado pelo deputado Antônio Ceron (PFL), em Plenário.

“O protesto teve como objetivo reivindicar medidas emergenciais para resolver a situação do setor que se encontra mergulhado numa grave crise. O que mais me chamou a atenção foi a ansiedade desses produtores”, relatou.

O parlamentar disse que a crise econômica está fechando

muitas indústrias madeireiras, causando um grande número de demissões. “São produtores de mais de 60 anos fechando suas portas. São milhares de pessoas desempregadas.”

Em aparte, o deputado Onofre Agostini (PFL) lembrou que a primeira manifestação do setor aconteceu no município de Pouso Redondo e também trouxe muitas lamentações e tristezas. “A situação é muito grave. Temos que tomar providências e torcer para melhorar a política econômica do país”, afirmou Onofre.

Djalma contesta nota

O deputado Djalma Berger (PSDB) rebateu, da tribuna, nota publicada na coluna de Fabian Lemos, do Diário Catarinense, quarta-feira (5), intitulada Bate-bico.

Segundo a nota, o senador Jorge Bornhausen (PFL/SC) viria a São José, ainda este mês, para formalizar o convite para que o prefeito Fernando Elias (PSDB), volte para o PFL. De acordo com o colonista, o prefeito estaria disposto a voltar para a antiga sigla por estar fora de sintonia com a família Berger e acredita que Djalma deseja candidatar-se à prefeitura de São José em 2008.

“De nossa parte, não há nenhuma restrição, nenhuma falta de sintonia. Este foi o prefeito que ajudamos a eleger. Fui o único deputado a estar presente em sua campanha no dia-a-dia, subir morro, cumprimentar a população, a pedir votos. Não temos nenhuma restrição a sua conduta”, garantiu.

Sobre sua candidatura, à prefeitura de São José o parlamentar sugeriu que alguém estaria “conspirando” contra o prefeito. “Jamais me colocarei contra um colega de partido. Não me candidatarei, pelo menos neste momento”, assegurou.

PLENÁRIO

Caramori alerta para a situação de agricultores



Deputado Reno Caramori

A situação do pequeno e do médio agricultor de Santa Catarina foi classificada pelo deputado Reno Caramori (PP), como "algo aterrorizante". Em discurso da tribuna, o parlamentar disse que "homens da fiscalização federal mascarados estão acuando colonos no município de Lebón Régis e Campos Novos com suas ações".

Ele anunciou também que

representantes de cooperativas do Oeste e Meio-oeste catarinense já se mobilizaram e estão pedindo auxílio para a situação de abandono desses agricultores que, "devido a uma legislação incoerente para o setor, encontram-se em uma situação de falência, chegando até a passar fome".

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), comentou, em aparte, que o Estado está colaborando com a redução do êxodo rural com a forma descentralizada de administrar, através das 30 secretarias regionais.

Também em aparte, o deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) afirmou que no Alto Vale do Itajaí, sua base eleitoral, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) "está fazendo um grande trabalho para evitar o êxodo rural".

Projetos buscam atender área social

A revogação do Artigo 195 da Constituição Estadual foi defendida mais uma vez em Plenário, no dia 6, pelo deputado Pedro Baldissera – Padre Pedro (PT). O artigo diz que "o titular do cargo de governador do Estado, que o tenha exercido em caráter permanente, fará jus, a partir da cessação do exercício, a um subsídio mensal vitalício igual aos vencimentos de desembargador do Tribunal de Justiça". Ele comentou sobre a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 04/05, proposta pela bancada do Partido dos Trabalhadores, que modifica o artigo 195 da Constituição. A própria bancada posteriormente apresentou uma subemenda substitutiva global à PEC 04/05 pedindo a revogação do artigo.

"Hoje só dois estados não têm esse dispositivo", informou o deputado, citando Rio de Janeiro e Mato Grosso. Em seguida, Padre Pedro mostrou um vídeo de um discurso do governador, proferido num evento no município de Coronel Martins, Oeste do Estado, em que Luiz Henrique da Silveira (PMDB) chamou



Deputada Pedro Baldissera

de mentiroso panfleto distribuído no local informando sobre o artigo 195. "É mentiroso o panfleto que diz que ao me afastar do governo eu vou receber em dobro. Vou requerer afastamento não remunerado", disse o governador na ocasião. Luiz Henrique irá se licenciar do cargo por 90 dias a partir do dia 9 de abril.

O deputado Francisco de Assis (PT) informou que o valor a que se refere o artigo 195, hoje, seria o dobro do salário atual de governador. Os petistas enfatizaram que a intenção não é atingir apenas Luiz Henrique, mas acabar com o benefício para todos os futuros governadores.

Odete comenta pareceres sobre projetos



Deputada Odete de Jesus

Durante a sessão plenária de quarta-feira (5), a deputada Odete de Jesus, líder do PL, comunicou que apresentou pareceres favoráveis em três projetos de lei da Comissão de Finanças e Tributação.

Um deles, PL nº 38/06, autoriza a criação da Coordenadoria Estadual da Mulher, órgão estadual que vai articular e acompanhar ações, programas e projetos voltados à população feminina. Mesmo com uma estrutura enxuta, a Coordenadoria vai desempenhar um papel importante na política de garantias dos direitos das mulheres catarinenses.

"Quem sabe agora possamos ter mais respeito às reivindicações femininas, como a implantação de delegacias especializadas e casas-abrigos para as vítimas de violência", falou a deputada.

Outro projeto defendido pela parlamentar foi o PL nº 109/06, que municipalizará o estádio Dr. Hercílio Luz, em Itajaí. Se o projeto for aprovado em plenário, a prefeitura poderá utilizar a estrutura para desenvolver esporte no município. Também apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei nº 05/06, que transfere do governo do Estado ao município de Florianópolis uma área de 2.093 metros quadrados, situada no bairro Capoeiras, para a construção da Escola Feminina Profissionalizante. "Com essa doação aprovada a capital poderá oferecer mais oportunidades às mulheres", afirma Odete.

Os pareceres favoráveis, disse ela, respondem aos anseios da sociedade. "Apesar de ser minha obrigação o atendimento dos anseios da sociedade catarinense, este trabalho me dá imenso prazer", completou.

[GABINETES]

FIM DO VOTO SECRETO

O deputado Afrânio Boppré (P-SOL) participou, no dia 3, da manifestação promovida pela Frente Parlamentar pelo fim do voto secreto, no centro de São Paulo. A iniciativa da campanha, denominada "Quero saber como vota meu parlamentar", foi da bancada federal do P-SOL e ganha a adesão de deputados de outros partidos. A manifestação reuniu dezenas de pessoas na Praça de Ramos, em frente às escadarias do Teatro Municipal, ocasião em que foi lido documento que conclama a população a mobilizar-se pelo fim do voto secreto.

"Utiliza-se do voto secreto como escudo para asfixiar a ética no Parlamento. A corrupção e a impunidade são traços intoleráveis em uma sociedade democrática. O momento exige reação pela dignidade na política", diz o documento, que finaliza com a defesa do "Voto aberto já!" (Celso Rosa)

MOÇÃO DE REPÚDIO

A gestão da Diretoria Regional da Empresa de Correios e Telégrafos de Santa Catarina está desagradando à bancada estadual do PT, o que a levou a apresentar uma moção de repúdio contra as atitudes dos dirigentes, "de perseguição aos funcionários".

O documento, aprovado em Plenário, relaciona denúncias documentadas de que a diretoria persegue sistematicamente seus empregados, ignora seu direito de defesa e demite sem justa causa, meramente por perseguição política. Também acusa perseguição a dirigentes sindicais e o fato da Justiça catarinense apontado culpabilidade da DR-SC da ECT, por acidentes com veículos por falta de manutenção da frota.

A moção foi encaminhada ao presidente nacional dos Correios, Jânio César Luiz Pohren, ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, e ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. (Luiz Stefanés)

MEDIDA PROVISÓRIA 275

O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, está solicitando junto aos senadores catarinenses especial atenção à Medida Provisória nº 275/05, que altera a Lei nº 9.317, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. A Moção foi encaminhada aos senadores Jorge Bornhausen (PFL), Ideli Salvati (PT) e Leonel Pavan (PSDB).

A MP aumenta a carga tributária em quase 50% para as empresas de pequeno porte, para as quais o percentual máximo do tributo passou de 8,6% para 12,6%. O parlamentar solicita aos senadores que rejeitem a MP no Senado.

O pleito de Ceron atende reivindicação da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina. Em carta encaminhada aos senadores, a direção da FCDL deixa claro que esperava a correção das faixas de enquadramento do Simples e não a criação de mais faixas. Com a alteração, mais empresas poderão se beneficiar do Simples, porém, muitas das que já estavam no sistema foram prejudicadas. As novas regras não apresentam o avanço esperado com a MP 275. (Cármem Leite Rovira)

TRAGÉDIA ANUNCIADA

O deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT) cobrou ações do governo, em discurso da tribuna, para viabilizar a reabertura da Escola Estadual de Educação Básica Professora Antônia Alpaídes dos Santos, no bairro Nova Brasília, em Joinville.

Morador do bairro Nova Brasília, Dentinho contou que acompanha de perto o drama de pais e alunos e lembrou que tem feito pedidos constantes ao governo para solucionar os problemas da unidade escolar. De acordo com ele, 93% das verbas de investimento da Secretaria foram cortados este ano. (Roger Alexandre)

ESPECIAL

Jonas Lemos Campos

APAEs recebem recursos do Fundo Social



Primeiro repasse de recursos públicos vinculados através da Lei nº 13.633, de autoria do presidente do Legislativo, deputado Julio Garcia (PFL), totaliza R\$ 1,098 milhão, divididos entre as 185 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Catarina

Rose Mary Paz Padilha

Representantes das 185 APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Santa Catarina, que atendem 13.891 mil alunos em todo o Estado, lotaram o plenário da Assembléia Legislativa, na manhã de quarta-feira (5), na solenidade que concretizou um antigo sonho dos apaeanos catarinenses.

O governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), repassou a primeira parcela da arrecadação do Fundo Social às APAEs, no valor de R\$ 1 milhão e 98 mil, proveniente da Lei 13.633. O autor do Projeto de Lei sancionado pelo governador em 20 de dezembro do ano passado é o presidente do Legislativo, deputado Julio Garcia (PFL), que encaminhou a matéria ao Legislativo quando assumiu interinamente a chefia do Executivo estadual, em outubro do ano passado. A lei prevê repasses mensais correspondentes a 1% do total arrecadado pelo Fundo Social.

A presidente da Federação das APAEs de Santa Catarina, Rosane Terezinha Vailatti, disse que Santa Catarina dá um exemplo para o país no apoio aos excepcionais. Ao agradecer ao presidente da Casa, ao governador e aos demais parlamentares, Rosane disse que essa lei é mérito da visão e das atitudes acertadas dos homens públicos de Santa Catarina. "Vo-

cês são homens imprescindíveis e estarão sempre no coração e na mente de todas as APAEs do Estado", afirmou.

Em seguida, acompanhada do ex-presidente da federação, Jairo dos Passos Cascaes, Rosane entregou placa ao governador e ao presidente Julio Garcia, em reconhecimento pela iniciativa. Em nome do Legislativo estadual, também recebeu placa do deputado Julio Garcia, a esposa do ex-governador Henrique Córdova, que sancionou a Lei nº 6.185, em 1º de novembro de 1982, que instituiu pensão mensal aos excepcionais incapazes para o trabalho, residentes em Santa Catarina. O presidente da APAE de Cocal do Sul, Samir Roberto Issa, também entregou placas de agradecimento a Garcia, ao governador e ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB).

Enfrentar dificuldades, superando limites impostos aos portadores de necessidades especiais faz parte do cotidiano das APAEs. Um exemplo de superação foi a mensagem transmitida pelo aluno Lucas Cancelier, da Escola Especial Ciranda da Esperança, da APAE de Tubarão. Lucas, que frequenta a turma de oficina pedagógica II, em período integral, cujo objetivo é a inserção dos alunos especiais no mercado de trabalho, agradeceu a nova lei, por ele definida como uma prova de amor pelas APAEs.



Rosane Vailatti, da Federação das APAEs: Estado é exemplo para o país

Jonas Lemos Campos



No evento, LHS também sancionou lei que beneficia ex-combatentes

"Mérito é de todos os parlamentares", diz Garcia

Sem esconder a emoção e a alegria, o deputado Julio Garcia dividiu o mérito e a homenagem recebida. Ao ler a faixa afixada no Plenário, onde estava escrito "Lei Julio Garcia: o sonho, a luta e a realidade", disse que a lei poderia levar o nome do governador, do ex-governador e dos 39 parlamentares. "Todos vocês foram fundamentais na elaboração dessa meritória lei. Minha proposta é que ela deva se chamar Lei das Apaes", defendeu. Em breve pronunciamento, o governador disse que a Lei Julio Garcia é uma lei excepcional de um deputado excepcional. "Excepcional pelo seu trabalho, carinho, amor e luta pela causa das pessoas excepcionais de Santa Catarina."

Ainda durante a solenidade, o governador sancionou o projeto de lei que inclui os ex-combatentes no plano de saúde estadual. Sancionou também o Projeto de Lei nº 93/06, aprovado na semana passada em Plenário, cedendo área para implantar o Museu da Imprensa Catarinense. O presidente da Associação Catarinense de Imprensa, Moacir Pereira, agradeceu ao governador e aos parlamentares pela iniciativa. "Com a criação do Museu da Imprensa todos vocês terão um capítulo especial na história da comunicação catarinense", declarou.